

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| Direito à Verdade, República e Democracia no Brasil | 16 |
| Verdade Ética e Princípio da Veracidade | 22 |
| As Comissões de Verdade | 30 |
| O Caso Brasileiro | 32 |
| Plano Geral do Trabalho | 36 |

PARTE I

VERDADE E MENTIRA NA TRADIÇÃO DA FILOSOFIA MORAL E DO PENSAMENTO POLÍTICO

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO I – <i>A Unidade entre Ética e Política</i> | 39 |
| 1. Unidade entre ética e política no pensamento de Aristóteles | 39 |
| 2. A verdade como virtude pública | 44 |
| 3. A Teoria Moral de Immanuel Kant | 53 |
| 4. O dever incondicional de dizer a verdade e suas repercussões na política .. | 65 |
| CAPÍTULO II – <i>A Dualidade entre Ética e Política</i> | 73 |
| 1. Maquiavel: a raposa e o leão | 73 |
| 2. O realismo político de Karl Marx (“uma leitura maquiavélica”) | 81 |
| 3. A mentira na política e o “dilema das mãos sujas” | 88 |

PARTE II
O DIREITO À VERDADE
NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO III – <i>República Democrática, Dignidade e Verdade</i> | 91 |
| 1. Teoria dos Princípios: Moralidade Política e Direito | 91 |
| 1.1 Dworkin e a “leitura moral” da Constituição | 92 |
| 1.2 Alexy e a Teoria dos Princípios | 96 |
| 1.2.1 Os princípios como “mandamentos de otimização” | 97 |
| 1.2.2 O diferente caráter “prima facie” dos princípios e das regras | 100 |
| 1.2.3 Teoria dos Princípios e “princípio da proporcionalidade” | 101 |
| 1.2.4 O “duplo aspecto” dos direitos fundamentais (constitucionais) .. | 105 |
| 1.2.5 Objeções críticas à “Teoria dos Princípios” | 106 |
| 2. Os princípios republicano e democrático, o fundamento da dignidade da pessoa humana e o princípio da veracidade | 110 |
| 3. Liberdade de expressão e de comunicação e direito à verdade | 117 |
| 3.1 Teorias justificativas da Liberdade de Expressão e Princípio da Vera- cidade | 120 |
| 4. Princípio da Publicidade, Princípio da Moralidade, Direito de receber informação de órgãos públicos e Direito à Verdade | 126 |
| 4.1 O Princípio da Publicidade na Constituição de 1988 | 127 |
| 4.2 O Direito de Acesso à Informação Governamental | 130 |
| 4.2.1 A Legislação Infraconstitucional e o Direito de Acesso à Infor- mação Governamental | 134 |
| 5. A Constituição, o Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos e o Direito à Verdade | 163 |
| 6. Dever de veracidade, crimes de responsabilidade e controle e fiscalização popular | 170 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 173 |
| REFERÊNCIAS | 181 |